



PLANEJANDO CIDADES PARA TEMPOS DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: UTILIZANDO OS SABERES DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Wallace Rodrigues

Professor e Pesquisador do PPGDire

Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT

Ageu Moura da Silva

Mestrando do PPGDire e Professor da FACDO

Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT e

Faculdade Católica Dom Orione - FACDO

Resumo: Em uma época onde o desenvolvimento ainda atrela-se muito a uma ideia de progresso, parece difícil para as pessoas conceberem visões de desenvolvimento voltadas às formas mais tradicionais de saberes e fazeres, como aquelas dos povos tradicionais. Neste sentido, buscamos, por meio deste trabalho, mostrar como os saberes de povos originários brasileiros podem beneficiar o planejamento das cidades e auxiliar numa melhoria de qualidade de vida para toda uma população urbana por meio do entendimento natural dos espaços utilizados. A pesquisa para este texto nasceu de nossa compreensão sobre os espaços urbanos e suas relações com os saberes dos povos indígenas que habitavam as áreas hoje urbanizada. Utilizamos de dois exemplos que vemos como relevantes de serem colocados em discussão: um caso na cidade do Rio de Janeiro/RJ e outro na cidade de Araguaína/TO. Nossa análise foi qualitativa e baseada em uma bibliografia que conseguisse dar conta de nossa linha de pensamento e discussão. Os resultados deste escrito revelam que aqueles que pensam o planejamento urbano das cidades podem beneficiar muito as pessoas que habitam as cidades se levarem em conta os saberes dos povos indígenas que viviam naqueles espaços quando ainda “despovoados”. Muitas das questões levantadas aqui nascem a partir de nossas leituras e discussões junto ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDire, da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, campus de Araguaína.

Palavras-chave: Humanização dos espaços urbanos. Cidades. Saberes tradicionais.

Introdução

Este texto nasce a partir de nossos pensamentos sobre as cidades e suas áreas urbanas planejadas e se destina à apresentação no XI Seminário Internacional sobre *XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades*



Desenvolvimento Regional, com o tema central “Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades”, organizado na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Nosso foco com este texto é pensar como, em meio a um mundo cheio de desafios climáticos emergentes, o planejamento urbano das cidades pode se beneficiar dos saberes dos povos tradicionais que habitavam as áreas hoje amplamente urbanizadas e como estes saberes ancestrais podem beneficiar, por meio do planejamento urbano, toda a população que habita tais cidades.

Nossa análise para este texto foi de natureza qualitativa e baseada em autores que nos ajudam a pensar a necessidade de um retorno a uma epistemologia dos povos tradicionais brasileiros para darmos conta de lidar com as mudanças climáticas da atualidade em relação ao planejamento urbano, respeitando os espaços, seus relevos e suas vocações naturais. Isso numa perspectiva de uma melhor qualidade de vida para as populações urbanas e de respeito aos ambientes naturais nativos das áreas hoje urbanizadas.

Vale ressaltar aqui que compreendemos os saberes tradicionais como um conjunto de conhecimentos (fazeres, técnicas e significações) desenvolvidas no seio de comunidades tradicionais ou originárias. Tais saberes englobam tanto a cultura material como a cultura imaterial de um povo, e são caracterizados por uma gama de métodos de manejo natural e de uma compreensão singular e respeitosa em relação ao relevo, à fauna e a flora que circunscrevem essas comunidades.

Planejamento das cidades e saberes tradicionais indígenas em meio a mudanças climáticas

Começamos o desenvolvimento deste texto a partir de dois exemplos que nos marcam profundamente em duas diferentes cidades: um no Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, e outro em Araguaína, no norte do estado do Tocantins. Ambos exemplos mostram como os saberes indígenas e tradicionais foram deixados de lado no planejamento das cidades brasileiras. Esses são somente alguns exemplos do que acontece a miúdo em muitas cidades brasileiras.



Vale aqui ressaltar que os espaços começam a fazer sentido para nós a partir de nossas experiências nestes lugares. Os lugares vão se tornando significativos por meio de nossas vivências neles e por meio deles. Isso faz com os lugares se tornem espaços marcados de lembranças e afetos que se assentam em nós e nos dizem muito. Assim, não saímos emotivamente “ílesos” dos espaços onde habitamos, pois nossas relações com eles nos modificam e nos marcam profundamente.

Na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Maracanã até a Praça da Bandeira, há uma área que sempre sofreu com imensas enchentes, alagando casas, comércios, escritórios etc e causando imensos prejuízos. Tal área é uma conhecida área de baixada e de encontros de fluxos de água da região. Ali temos o encontro dos rios Maracaña (do tupi-guarani, *maraka'nã*, que significa papagaio, aves que habitavam a região, no passado, ao longo deste rio), Joana, Trapicheiro e Comprido, que desembocam no Canal do Mangue e vão em direção à Baía de Guanabara. Estes são alguns dos rios que nascem no Maciço da Tijuca, descendo em direção à Baía. Nesta área de encontros de rios, principalmente onde se localiza a Praça da Bandeira, as enchentes sempre foram frequentes e abundantes durante o período de fortes chuvas.

Sobre um pouco da história desta importante região de encontros de rios, quando falando do bairro do Rio Comprido, na cidade do Rio de Janeiro, temos, conforme Siqueira (2013, p. 26):

Os rios da bacia do Mangue se formam nos contrafortes do maciço da Tijuca, um importante dispersor de águas pluviais que convergem para os fundos de vales e zonas de baixadas circundantes. No século XVII, neste vale fluvial era plantada a cana-de-açúcar, sendo o açúcar produzido escoado por trapiche¹ em embarcações que o conduziam até a baía de Guanabara e ao porto do Rio de Janeiro. Nessa época, o rio era parcialmente desviado pelo Aqueduto do Catumbi, que abastecia parte da cidade, localizado no início da Rua Santa Alexandrina. O rio Comprido ainda corria no seu leito natural, no topo da Rua Santa Alexandrina. Pode-se dizer que, boa parte do rio corria atrás dos quintais da Rua Aristides Lobo até chegar ao canal do mangue. Em 1919 seria desviado para a abertura da Avenida Paulo de Frontin. No final do século XIX (1857), foi iniciada a obra de construção do canal do Mangue. Esta foi considerada uma das maiores obras de saneamento do período do Império, pois possibilitou a extinção da Lagoa da Sentinela e dos pantanais de São Diogo, foco de doenças, mosquitos e exalações desagradáveis. No início do século XX, com a reforma urbana de Pereira Passos (1903-1906), seus afluentes, como os rios Comprido (antigo rio Iguassu, significando água grande ou rio grande), Joana e Maracanã, foram retificados e canalizados integrando um sistema de canais artificiais.



Integrados ao Canal do Mangue, são a principal via de escoamento, para a Baía de Guanabara, da drenagem desta vertente do Maciço da Tijuca.

Esta área de escoamento era conhecida pelos indígenas que habitavam a região, daí não haver construções de qualquer natureza nesta extensão de terra. Posteriormente, os jesuítas escolheram plantar cana-de-açúcar para prover seus engenhos na área e tiveram a atividade prejudicada com a expulsão da Ordem dos Jesuítas pelo rei de Portugal Dom José I, orientado pelo Marquês de Pombal, a partir de 1759.

Construções descontroladas e sem planejamento numa área que era habitada por indígenas, mesmo antes da chegada dos portugueses (cf. SIQUEIRA, 2013, p. 24), e que, mais tarde, deu lugar às plantações de cana-de-açúcar das fazendas dos jesuítas, começaram a transformar drasticamente a área. A impermeabilidade do solo e a diminuição na vazão dos rios da Bacia do Mangue, reduzindo o fluxo de água, faz com que a região fique inundada com as chuvas, perincipalmente no período chuvoso carioca.

Os rios desta bacia tiveram seus traçados contidos por calhas para melhorar a vazão, mas em dias demasiadamente chuvosos, essas áreas, principalmente a Praça da Bandeira, ficam completamente inundadas. Os prejuízos para toda a cidade do Rio de Janeiro e a população da área afetada são imensos.

Outro exemplo de planejamento urbano para a contenção de enchentes é o caso de Araguaína em relação ao córrego Neblina, principalmente às margens da atual Marginal Neblina. O referido córrego sofreu com uma grande canalização na década de 1990, levando a um povoamento mais constante dos terrenos às suas margens. Tal curso de água desaguava no Rio Lontra, onde hoje encontramos a Via Lago (via de passagem e de lazer da população araguainense) e uma lagoa.

Essa área (onde termina o córrego Neblina) da cidade de Araguaína, uma cidade mediana e de, aproximadamente, cento e oitenta mil habitantes na atualidade, foi extremamente modificada com o passar dos tempos, principalmente a partir da década de 1990. Hoje encontramos grandes prédios em uma área que era, no passado, alagada pelas enchentes do córrego e que davam vazão natural aos imensos fluxos de água durante as torrenciais chuvas amazônicas.



Vale lembrar que Araguaína está na área da Amazônia Legal e entre dois grandes rios da região: o Araguaia e o Tocantins. Este ambiente natural marca a confluência de dois biomas importantes: o cerrado e a floresta tropical.

A especulação imobiliária, ainda atualmente grande às margens do córrego Neblina, na Avenida Neblina, transformaram e transformam a cidade. Surgiram imensas construções em uma zona de baixada e de vazão de águas, como grandes bares, concessionárias de veículos, moradias, pequenos prédios, um pequeno shopping etc. Borges, Rodrigues e Cruz falam-nos um pouco sobre a cidade de Araguaína:

Apesar dos problemas estruturais e de planejamento, o município de Araguaína se desenvolveu em termos de organização urbana na última década, resolvendo alguns problemas básicos como asfaltamento; organização do trânsito, com instalação de semáforos, placas, lombadas, sinalização vertical e horizontal; ampliação da rede coletora de esgoto; instalação de calçadas padronizadas e inclusivas e, entre outras coisas, uma preocupação crescente com investimentos em espaços públicos urbanos. (BORGES; RODRIGUES; CRUZ, 2022, p. 112)

Lembramos que a cidade de Araguaína surge a partir de um povoado às margens do rio Lontra, da década de 1920, e acaba por se transformar, com o passar do tempo, em uma cidade mediana com várias possibilidades de desenvolvimento social, expansão laboral e financeira. Antes deste período, a região era povoada pelos indígenas Karajá, ainda presentes nas margens do rio Araguaia.

Araguaína está se tornando, hoje em dia, um importante polo de saúde para toda a região norte do estado do Tocantins e estados vizinhos. Além disso, o comércio de Araguaína destaca-se como muito importante na região norte do Tocantins, sendo beneficiado pela BR-153 (muito conhecida como Rodovia Belém-Brasília), que corta a cidade.

Neste caminho, compreendemos que necessitamos tratar sobre as mudanças climáticas da atualidade, já que elas influenciam diretamente nossa vida nas cidades e fora delas. Tais mudanças afetam diretamente a disponibilidade de água para as pessoas, tornando-a mais escassa em muitas regiões. Isso porque o aquecimento global agrava os períodos de seca em áreas onde há recorrente falta de água, levando a um maior risco de secas (que afetam os ecossistemas naturais e as áreas agrícolas). Ainda, as secas e a escassez de água podem aumentar as queimadas, que assolam as regiões mais afastadas



do país. Aqui na região norte sofremos com o problema das queimadas, afetando a qualidade do ar que respiramos e destruindo o solo. Tudo isso aumenta a vulnerabilidade dos ecossistemas, o que faz com que os que têm que planejar as cidades e seus espaços levem em conta as mudanças climáticas da atualidade.

Tais mudanças climáticas afetam diretamente a vida das pessoas, pois causam aumento das inundações, escassez de água potável, aumento do nível do mar, aumento das queimadas, insegurança alimentar causadas pela falta de água para irrigação, entre outros fatores. Hoje em dia já se sabe que o aumento constante da temperatura média da Terra pode levar a longos períodos de estiagem no futuro e estas informações devem fazer parte de um planejamento consciente e humanista das cidades.

Parece que, ao nos apartarmos das questões humanistas no planejamento dos nossos espaços urbanos, estamos deixando de planejar cidades onde as pessoas deveriam sofrer o menos possível com as mudanças climáticas. O que desejamos mostrar aqui é que o homem não tem como “domar” a natureza, mas deve aprender a conviver harmoniosamente com ela, principalmente utilizando-se dos saberes dos povos tradicionais quando planejando os espaços urbanos.

José Marín, professor da Universidade de Genebra, deixa-nos evidente que, quando falamos de meio ambiente, não podemos deixar de fazer a conexão essencial entre ecossistemas naturais e “culturais” (quem faz cultura são os seres humanos), colocando o homem originário, seus saberes e fazeres em foco nas discussões sobre as epistemologias que utilizamos:

O planeta em que vivemos é caracterizado pela sua biodiversidade, constituída por uma imensa variedade de formas de vida, desenvolvidas por milhões de anos. A defesa dessa biodiversidade parece essencial para a sobrevivência dos ecossistemas naturais, que formam a base dos “ecossistemas culturais”, compostos de um mosaico complexo de culturas que também necessitam da diversidade para preservar o patrimônio cultural e biológico das gerações futuras. Este eixo, entre natureza e cultura e sua preservação é fundamental para a nossa sobrevivência. É nesta diversidade que se encontra a riqueza da nossa humanidade. As raças biogenéticas não existem; nós pertencemos à mesma espécie; somos todos parentes e, ao mesmo tempo, somos todos diferentes (MARÍN, 2002, p. 392, tradução nossa)



Neste caminho, pensamos que deve haver uma educação mais voltada para a compreensão do meio ambiente e da necessidade de inter-relação respeitosa para com este. E compreendemos que essa mudança de paradigmas pode começar pelos ambientes escolares, por meio de nossas crianças e jovens. Dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) temos que o meio ambiente (1997) é:

[...] o termo “meio ambiente” tem sido utilizado para indicar um “espaço” (com seus componentes bióticos e abióticos e suas interações) em que um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o. No caso do ser humano, ao espaço físico e biológico soma-se o “espaço” sociocultural. Interagindo com os elementos do seu ambiente, a humanidade provoca tipos de modificação que se transformam com o passar da história. E, ao transformar o ambiente, o homem também muda sua própria visão a respeito da natureza e do meio em que vive (BRASIL, 1997, p. 26)

Assim, os espaços físico, biológico e o sociocultural devem ser respeitados no tocante ao planejamento urbano brasileiro. Algo que deixamos de ver muito constantemente no planejamento de nossas cidades. E isto ocorre desde o período colonial, tornando nossos espaços fontes de enriquecimento para poucos em detrimento de uma grande população que fica excluída dos espaços centrais das cidades. Outro ponto a pensar em relação ao planejamento das cidades é a segregação dos espaços por classes sociais (áreas para ricos e áreas para pobres), algo muito evidente nas cidades brasileiras.

Ainda, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008), tomando como exemplo o tema da água, deixa-nos perceber que o homem não domina a natureza, mas que ele é natureza e depende dela, numa inter-relação que deve ser de respeito, cooperação e aprendizado:

[...] consideremos que cada um de nós, assim como cada planta e cada animal, é, em média, constituído de 70% de água. Essa informação revoluciona a reflexão, porque, quando estamos falando de ciclo da água, esquecemos que quando suamos, transpiramos ou urinamos, o ciclo da água age em nós. Esse raciocínio é importante para que não esqueçamos que a sociedade está inserida na natureza. Na visão antropocêntrica, ainda dominante também entre as esquerdas, o homem deixa de ser natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 24-25)



Esta visão antropocêntrica a que se refere o autor não nos levou a um mundo melhor, mas a um mundo onde a própria natureza pode nos destruir a qualquer momento. Podemos ter cidades varridas por tsunamis em apenas alguns segundos, como vimos no Japão, em Tohoku, em 2011. A compreensão de que algumas forças da natureza são indomáveis parece não fazer com os seres humanos mudemos a nossa visão antropocêntrica a respeito do mundo que nos cerca.

Marilia Tozoni-Reis (2010) informa-nos que temos que associar várias formas de saber para uma melhor compreensão dos temas e um melhor planejamento de nossas ações, mas sempre levando em conta o mundo natural e a biodiversidade que nos cerca (também no planejamento dos espaços urbanos):

Se os conhecimentos filosófico, científico e tradicional têm papel importante no conhecimento do mundo, podemos eleger como base de nossas interpretações do mundo natural e social a diversidade. O principal argumento para essa proposta é que, se no mundo natural a biodiversidade se revela como a principal forma de organização das relações naturais, no mundo social a diversidade também pode se apresentar como fundamental para a compreensão das relações entre os sujeitos (TOZONI-REIS, 2010, p. 32)

Marín vai nos exorta a levar em conta o “enorme patrimônio cultural coletivo” dos povos tradicionais em nossas construções científicas, de pensamento e de mundo:

O processo de ocidentalização do mundo tem igualmente impostas, as falsas oposições entre modernidade e tradição, entre a cultura oral e a cultura escrita, e têm privilegiado uma espécie de inteligência e uma certa forma de construção do conhecimento. Processo de exclusão, que acabou sacrificando um enorme patrimônio cultural coletivo (MARÍN, 2002, p. 382, tradução nossa)

Neste caminhar, compreendemos que a educação escolar pode contribuir sobremaneira na quebra de uma visão antropocêntrica e na busca de diálogo com os saberes e fazeres tradicionais. Wallace Rodrigues diz-nos que as escolas devem levantar as discussões sobre as questões ambientais de forma recorrente, tornando o pensar sobre os espaços e sobre o meio ambiente algo mais próximo dos estudantes:

A importância atual da educação ambiental enquanto tema transversal pede que as instituições escolares se dediquem à execução de projetos de intervenção nesta área



específica, inter-relacionando saberes disciplinares de maneira a criar uma consciência crítica em relação aos problemas ligados ao meio ambiente. (RODRIGUES, 2017, p. 70)

Rodrigues também irá nos lembrar que:

Se a mentalidade racionalista e, posteriormente, capitalista fizeram-nos acreditar em uma dicotomia entre o ser humano e a natureza, essa dicotomia deve ser desconstruída por meio de uma Educação Ambiental que leve em conta a complexidade dos saberes e fazeres humanos. (...) **Devemos, portanto, compreender os saberes e fazeres das comunidades tradicionais como sérias alternativas epistemológicas para o desenvolvimento sustentável, alicerçado num pensamento de conservação do ambiente natural e do respeito pelos “outros”.** (RODRIGUES, 2021, p. 269-270, grifo nosso)

Não podemos pensar, no entanto, que as populações indígenas, elas mesmas, conseguem preservar e utilizar, com o passar do tempo, todos os saberes tradicionais que eles detêm. Tais saberes vão se transformando e se adaptando. Pensemos que os saberes e fazeres de um povo são dominados por indivíduos diferentes e de acordo com suas habilidades, pois um conhece as cantigas tradicionais de forma mais sistemática, outro sabe confeccionar objetos em palha com maestria, outro conhece bem o território indígena e sabe as potencialidades de tal território, entre uma gama imensa de saberes e fazeres que acabam por se individualizarem se não socializados. Rodrigues (2015) diz-nos que:

A noção de que os saberes tradicionais são ensinados a todos os indivíduos de sua determinada sociedade já não cabe para todos os grupos indígenas brasileiros, pois o contato com a sociedade envolvente trouxe outros interesses aos jovens. Este contato apresentou o capitalismo de consumo como forma de ser alguém, valendo, enquanto indivíduo, pelo que se tem. Em oposição a esta visão oriunda do contato, os mais velhos lutam por preservar as tradições do grupo, apesar de toda influência nociva a isto, mostrando que “mais vale” aquele indígena que ainda é culturalmente indígena. (RODRIGUES, 2015, p. 196)

Por este viés, se levamos em conta que as áreas naturais de inundações ao longo dos rios e córregos de água, como mencionados nas cidades do Rio de Janeiro (no passado) e Araguaína (mais recentemente), já eram conhecidas pelos habitantes indígenas destas áreas e que tais espaços eram tidos como áreas para não serem povoadas, por que o nosso planejamento das cidades não levou em conta estas informações? Uma resposta possível



seria a riqueza que a especulação imobiliária pode trazer às cidades e proprietários de terras. No entanto, quando mais perigosos e caóticos forem os espaços urbanos, menos atrativas eles serão.

Devemos, portanto, pensar o planejamento dos espaços nas cidades com um foco mais humanista, mais voltado para as pessoas e para a diversidade de habitantes destas cidades, além de compreendermos que em determinadas áreas somente alguns tipos de construções deveriam ser consideradas ou que alguns espaços deveriam ser respeitados e deixados ilesos da direta ação humana, como as áreas baixas de alagamento ao lado do córrego Neblina, em Araguaína, por exemplo.

Essas áreas, como a Praça da Bandeira (no Rio de Janeiro) e as margens do córrego Neblina (em Araguaína), em nossa visão, deveriam ser deixadas intactas, talvez como parques naturais, para que as enchentes não trouxessem mais danos do que os “benefícios” advindos da especulação imobiliária. De acordo com nosso entendimento, faltou respeito aos saberes tradicionais dos povos que nestes lugares habitavam e a compreensão do aspecto natural do próprio lugar. Como os saberes dos povos tradicionais são tidos como “menores”, “não-científicos”, eles acabam por serem deixados de lado, prejudicando toda uma comunidade de habitantes urbanos.

Algumas considerações finais

Este texto buscou desenvolver a ideia de que o planejamento urbano atual deve levar em conta os saberes tradicionais dos povos que habitaram as áreas e lugares urbanos atuais. Em um momento de emergência climática, o respeito ao meio ambiente coloca-se como uma atitude necessária e irremediável, principalmente por meio da educação escolar dos mais jovens, tentando desconstruir a ideia de que o homem não é natureza.

Neste caminho, vemos que a tentativa do homem de planejar as cidades sem respeitar os saberes dos povos tradicionais que habitavam estas áreas acabam por ser danosa financeira (por causa dos inúmeros prejuízos que as enchentes acarretam) e politicamente (pois revelam um desrespeito aos espaços e suas constituições naturais), como deixamos perceber no caso das cidades do Rio de Janeiro e de Araguaína. Algumas vezes, as interferências drásticas nos ambientes naturais para transformá-los em espaços urbanos se tornam mais danosas que proveitosas e podem ter consequências irreversíveis.



Num momento de drásticas mudanças climáticas, como vemos nos dias atuais, as especificidades naturais dos lugares que planejamos dentro das cidades não podem mais fugir dos conhecimentos advindos dos povos tradicionais, como bem nos disse o professor José Marín. Temos que nos valer deste “enorme patrimônio cultural coletivo” sobre os espaços que os povos tradicionais foram construindo durante séculos e utilizá-los no planejamento das nossas cidades e em outras áreas de nossa vida, também em nossas ciências acadêmicas.

Um bom exemplo deste respeito aos saberes tradicionais e às especificidades naturais dos lugares é a preservação das áreas de baixadas, que deveriam se tornar, em nossa opinião, parques, o que levaria a um melhor controle das águas e à diminuição dos danos causados por enchentes em áreas com construções.

Por fim, compreendemos que não poderemos amenizar os impactos causados pela visão antropocêntrica do homem ocidental e que levaram a drásticas mudanças climáticas sem a incorporação dos saberes dos povos tradicionais no planejamento não somente de nossas cidades, mas também do mundo social, econômico, afetivo etc em que vivemos.

Referências:

BORGES, Thelma Pontes; RODRIGUES, Wallace; CRUZ, Luciana Ribeiro da. Cartografia afetiva do município de Araguaína: o olhar das crianças da educação municipal. IN: **Cidade para diversidade**. BORGES, Thelma Pontes; RODRIGUES, Wallace (org.). Palmas, TO: Editora Universitária - EdUFT, 2022.

MARÍN, José. Globalización, educación y diversidad cultural. **Revista Perspectiva**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, v.20, n.02, pág. 377-403, jul./dez. 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. IN: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora UFPR. Número 17, pág. 21-31, jan./jun. 2008.



RODRIGUES, Wallace. Educação ambiental e humanização: decolonizar é preciso. Ambiente & Educação. **Revista de Educação Ambiental**. FURB, v. 26, n. 1, p. 272, 2021.

RODRIGUES, Wallace. O pedagogo e os projetos de educação ambiental em instituições escolares. **Revista Anthesis**. UFAC, V. 5, N. 9, p. 69-78, Jan./Jun. 2017.

RODRIGUES, Wallace. **O processo de ensino-aprendizagem Apinayé através da confecção de seus instrumentos musicais**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades da Universiteit Leiden (Países Baixos), 2015, 240f.

SIQUEIRA, Saulo Aguiar. **Rio Comprido: lugar, memória e identidade**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia, 2013, 75f.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Natureza e Sociedade**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

PLANNING CITIES FOR TIMES OF CLIMATE EMERGENCY: USING THE KNOWLEDGE OF ORIGINAL PEOPLES

Abstract: At a time when development is still closely linked to the idea of progress, it seems difficult for people to conceive visions of development focused on more traditional forms of knowledge and practices, such as those of traditional peoples. In this sense, we seek, through this work, to show how the knowledge of native Brazilian peoples can benefit city planning and help improve the quality of life for an entire urban population through the natural understanding of the spaces used. The research for this text was born out of our understanding of urban spaces and their relationships with the knowledge of the indigenous peoples who inhabited today's urbanized areas. We used two examples that we see as relevant to be discussed: a case in the city of Rio de Janeiro/RJ and another in the city of Araguaína/TO. Our analysis was qualitative and based on a bibliography that could account for our line of thought and discussion. The results of this writing reveal that those who think about the urban planning of cities can greatly benefit the people who inhabit the cities if they take into account the knowledge of the indigenous peoples who lived in those spaces when

2023

XI Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Desenvolvimento Regional
em tempos de emergência
climática: desafios e
oportunidades



Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
Universidade de Santa Cruz do Sul

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



PATROCÍNIO:



they were still “depopulated”. Many of the issues raised here are born from our readings and discussions with the Graduate Program in Popular Demands and Regional Dynamics – PPGDire, at the Federal University of Northern Tocantins – UFNT, Araguaína campus.

Keywords: Humanization of urban spaces. Cities. Traditional knowledge.